

Curitiba Insurgente: Do Existir Ao Resistir

Matheus Chuery Pinto e Maria Carolina Maziviero

Matheus C. PINTO é graduando em Arquitetura e Urbanismo DAU UFPR; matheuschuery@gmail.com

Maria Carolina MAZIVIERO é Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP; docente DAU UFPR e PPU UFPR; maziviero@ufpr.br

Resumo

"Cidade Modelo", "Capital Ecológica". Esses são muitos dos títulos ostentados por Curitiba. A cidade que foi mundialmente reconhecida por seu inovador sistema de transporte e pela forma que tratou o urbanismo nos anos 70/80, esconde por trás de seus slogans preconceito, desigualdades e discriminação. Curitiba, apesar do discurso, é igual a todas as outras capitais brasileiras - desigual e desumana. O artigo busca mostrar a outra face desta Curitiba pela análise dos grupos ativistas e de atos insurgentes presentes na capital paranaense a partir dos levantes populares de 2013. Passando pela ressignificação de espaços simbólicos à resistência negra na cidade, procurou-se entender como os grupos insurgentes se organizam, quais são suas principais pautas e seu rebatimento no urbano.

Palavras-chave: Insurgências; Curitiba; Regional Matrix

Abstract

"Model City", "Ecological Capital". These are many of the titles sported by Curitiba. The city that was recognized worldwide for its innovative transport system and the way it treated urbanism in the 70s / 80s, hides behind its slogans prejudice, inequality and discrimination. Curitiba, despite the speech, is the same as all other Brazilian capitals - unequal and inhuman. The article seeks to show the other side of this Curitiba by analyzing the activist groups and insurgent acts present in the capital of Paraná from the popular uprisings of 2013. Going through the redefinition of symbolic spaces to the black resistance in the city, we sought to understand how the insurgent groups get organized, what are their main guidelines and their impact on the urban.

Keywords: Insurgencies; Curitiba; Regional Matrix

Resumen

"Ciudad modelo", "Capital ecológica". Estos son muchos de los títulos que luce Curitiba. La ciudad que fue reconocida mundialmente por su innovador sistema de transporte y la forma en que trató el urbanismo en los años 70/80, esconde detrás de sus consignas prejuicio, desigualdad y discriminación. Curitiba, a pesar del discurso, es igual que todas las demás capitales brasileñas: desigual e inhumano. El artículo busca mostrar el otro lado de esta Curitiba mediante el análisis de los grupos activistas y los actos insurgentes presentes en la capital de Paraná desde los levantamientos populares de 2013. Pasando por la redefinición de espacios simbólicos a la resistencia negra en la ciudad, buscamos entender cómo los grupos insurgentes organizarse, cuáles son sus principales pautas y su impacto en lo urbano.

Palabras-clave: Insurgencias; Curitiba; Regional Matrix

Introdução

Entender as práticas insurgentes nas cidades é fundamental para se compreender a produção e a apropriação do espaço urbano, uma vez que as insurgências são o reflexo de anseios e demandas das pessoas que buscam na cidade um espaço de voz. Olhar os grupos ativistas e ver as novas formas de organização coletiva propostas e seus anseios, permite começar a repensar a própria organização da cidade, os espaços invisibilizados e as demandas reprimidas.

Este artigo analisa as insurgências na cidade de Curitiba-PR, com um recorte para a regional Matriz. Regional é a designação que a prefeitura usa para a divisão administrativa da cidade, e em Curitiba existem ao todo 10 regionais que contemplam os 75 bairros da cidade [FIGURA 1]. A Matriz é a regional central, onde estão concentrados quase todos os edifícios da administração municipal e estadual, além de ser uma das regionais mais populosas e a que concentra os bairros com maior renda per capita [FIGURA 2].

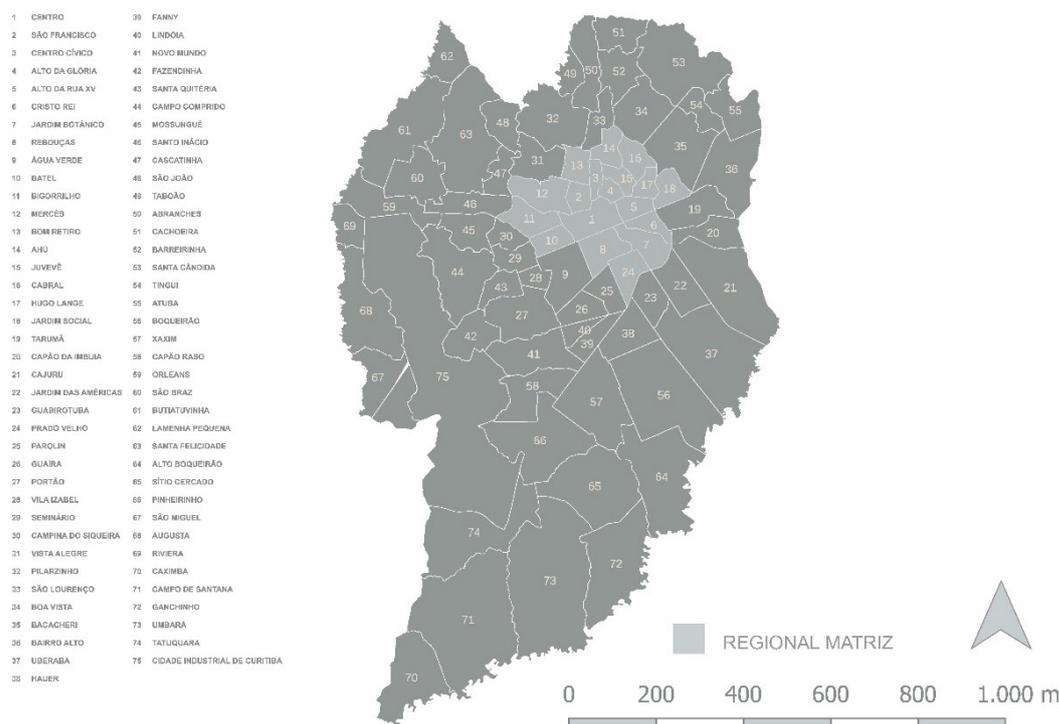


Figura 1
Mapa da cidade de Curitiba-PR, com destaque para a Regional Matriz. Fonte: Autoria própria (2020)

A primeira parte do artigo é uma revisão que tenta cercar a ideia de insurgência na contemporaneidade. Normalmente o assunto é abordado de forma mais ampla, sem se referir a alguma cidade específica, ou com referência a cidades maiores, como São Paulo.

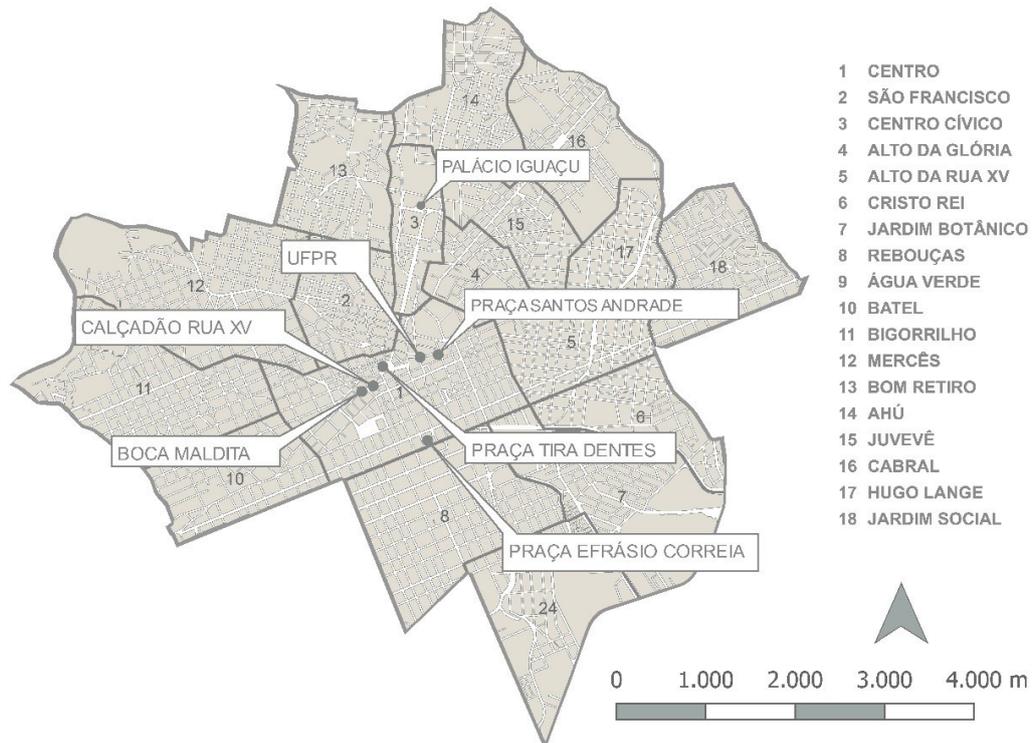


Figura 2

Mapa da Regional Matriz de Curitiba-PR, com destaque para locais de importância simbólica e física. Fonte: Autoria própria (2020)

Sobre Curitiba há ainda pouca produção a respeito dessa temática. Após essa análise conceitual, procura-se compreender a história de Curitiba e sua organização socioespacial. Para debater insurgências em Curitiba é preciso entender que, apesar de ser uma cidade originária do século XVIII, sua projeção nacional e seu crescimento populacional são relativamente novos (datam dos anos 60/70) e estão muito atrelados a força do planejamento urbano institucional, comandado pelo IPPUC. Este fato permite inferir que, diferente de outras capitais nacionais, não existem tantos trabalhos tratando especificamente de ações comunitárias em Curitiba.

Por outro lado, analisar a organização socioespacial facilita um melhor entendimento sobre a região estudada e a população que nela habita ou frequenta. Fator de igual importância, pois muitas relações de insurgência têm suas causas em opressões históricas, ligadas tanto a raça, gênero ou condição econômica.

A parte final do artigo, trata especificamente de algumas das insurgências mais significativas observadas na regional Matriz. Essas observações foram realizadas por pesquisa de campo, nas redes sociais e em

veículos jornalísticos. As análises dos dados das redes sociais são, de igual modo, importantes tendo em vista as novas formas de mobilização coletiva, onde muitos eventos acontecem de forma espontânea, criados em redes sociais.

Insurgência: Entre a utopia e a emergência

Antes de começar a debater insurgências é preciso analisar algumas das relações de opressão/dominações existentes na inter-relação: espaço urbano x coletividade. Aqui se torna relevante para este estudo as seguintes relações: entre países e países; Estado e a população; e entre diferentes grupos sociais.

A primeira, a mais clássica, acontecia entre uma metrópole que dominava uma colônia e a ela impunha sua cultura, além de explorá-la e impor à população regimes escravagistas. Com isso toda a cultura local e o conhecimento já existente era suprimido pela imposição metropolitana. Hoje essa relação mudou e não acontece mais entre metrópole e colônia, mas entre os países do Norte e países do Sul. Aqui, o Norte e o Sul não são geográficos, mas metafóricos, como defende Boaventura de Souza Santos no livro *Epistemologia do Sul*. O Norte reproduz, na atualidade, o que a metrópole fazia no século XIX. O resultado disso, como afirma o autor, é que as experiências culturais e epistemológicas que não se adequam aos objetivos da dominação colonial e capitalistas sejam marginalizadas e esquecidas.

[...] Sob o pretexto da “Missão colonizadora”, o projeto da colonização procurou homogenizar o mundo, obliterando as diferenças culturais (Meneses, 2007). Com isso, desperdiçou-se muita experiência social e reduziu-se a diversidade epistemológica, cultural e política do mundo. Na medida em que sobreviveram, essas experiências e essa diversidade foram submetidas à norma epistemológica dominante: foram definidas (e, muitas vezes, acabaram-se autodefinindo) como saberes locais e contextuais apenas utilizáveis em duas circunstâncias: como matéria prima para o avanço do conhecimento científico; como instrumentos de governo indireto, inculcando nos povos e práticas dominadas a ilusão credível de serem autogovernados. (SANTOS, 2009, p.08).

A segunda relação de opressão/dominação – Estado com população, analisada a partir da efetivação de políticas públicas no caso brasileiro, evidencia-se na:

a) Restrição ao acesso à moradia: ignorando preceitos constitucionais o Estado não promove moradia adequada a uma parcela da população e/ou não permite

a ocupação de certas áreas por pessoas desprovidas deste bem. Essa política governamental já é antiga e afeta principalmente a população preta e pobre. Iniciou-se com a lei das terras de 1850: as terras pertencentes a União só poderiam ser adquiridas por meio da compra. A consequência foi que a lei “impedia o acesso à terra e ao seu desenvolvimento produtivo” (HOLSTON, 2008, p.181), tendo reflexos até hoje na sociedade, pois foi “uma fonte notável de desigualdade e injustiça” (HOLSTON, 2008, p.182).

b) Restrição ou dificuldade de locomoção na cidade ou entre o campo e cidade: Isso acontece tanto pela falta de transporte público, muitas vezes de maneira intencional para impedir que uma população vá até um local, como aconteceu em 2015 no Rio de Janeiro quando a prefeitura modificou ou cancelou os ônibus que saiam do subúrbio e chegavam as praias da zona sul¹, quanto pelo alto preço das passagens do transporte público, que em grande parte, estão sob controle de grupos privados. Este último resultou nos grandes protestos de 2013 “não é só por 4,20”. “As mobilizações adquiriram, nesses eventos, um caráter de movimento de massa, de protesto, de revolta coletiva, aglutinando a indignação de diferentes classes e camadas sociais” (GOHN, 2014, p.431).

Milhares de pessoas gritavam juntas, em uníssono: “vem, vem, vem pra rua vem, CONTRA O AUMENTO!”. Mas não era “só por 20 centavos”[...] Somava-se ao aumento da tarifa do transporte público o caos da mobilidade urbana, o descrédito em relação aos representantes políticos, a acusação de manipulação direcionada às mais consagradas empresas de comunicação dopais, a decepção frente ao modo como os preparativos para a Copa do Mundo estavam sendo implementados. (TORINELLI, 2014, p.64).

c) Restrição ou proibição para que pessoas ou certos grupos de pessoas permaneçam em determinados locais: valendo-se muitas vezes de leis ou do aparato repressor, o Estado impede a permanência e/ou dificultar a chegada a algum espaço. Exemplos são muitos, vão desde moradores de rua sendo expulsos² a artistas impedidos de tocar em locais públicos³.

Por último existe a opressão entre diferentes grupos sociais, expressa nas relações de:

a) Racismo: o Brasil é um país historicamente racista, apesar de tentar negá-lo, afirmando viver em uma democracia racial - o que não passa de uma invenção criada com amparo do próprio Estado. As marcas do racismo no Brasil estão presentes em todas as relações sociais⁴.

¹ Com o argumento de que estava modificando o itinerário do transporte coletivo, a prefeitura do Rio de Janeiro retirou várias linhas que passavam por favelas da cidade. A informação foi noticiada de diferentes maneiras por veículos da imprensa: Folha de São Paulo, “Rio corta acesso à praia para ônibus alvos de blitz da Polícia Militar”. 14/09/15. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/09/1681377-rio-corta-acesso-a-praia-para-onibus-alvos-de-blitz.shtml>>. Acesso em: 10/03/20; IG, “Fim do acesso direto às praias da Zona Sul vira polêmica na Zona Norte”, 15/09/15, disponível em: <<https://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-09-15/fim-do-acesso-direto-as-praias-da-zona-sul-vira-polemica-na-zona-norte.html>>. Acesso em: 19/03/20.

² Brasil de Fato, “Prefeitura de Curitiba adotou política higienista na assistência social”, 18/12/2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/12/18/prefeitura-de-curitiba-adotou-politica-higienista-na-assistencia-social>>. Acesso em: 19/03/20.

³ Em 2018, por meio do decreto 1422, a prefeitura de Curitiba modificou a regulamentação referente a apresentação de artistas de rua. Esse ato, causou revolta entre a classe que protestou. Brasil de fato “Artistas de rua de Curitiba protestam contra decreto que limita apresentações”, disponível em: <<https://www.brasildefatopr.com.br/2019/01/15/artistas-de-rua-de-curitiba-protestam-contra-decreto-que-limita-apresentacoes>>. Acesso em: 28/08/19.

⁴ Le Monde Diplomatique Brasil, “Preconceito racial e racismo institucional no Brasil”. 03/07/2012. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/preconceito-racial-e-racismo-institucional-no-brasil/>>. Acesso em: 20/03/2020.

b) Discriminação religiosa: muitas religiões afro-brasileiras sofrem grandes preconceitos na sociedade. Essas perseguições vêm se intensificando nos últimos anos, muito devido a uma crescente nos discursos de ódio propagados contra religiões afro-brasileiras. Não são raros os terreiros queimados ou destruídos em virtude da intolerância religiosa. O próprio Estado brasileiro, omite sua responsabilidade constitucional de proporcionar segurança a religiões perseguidas.

Embora a Constituição Federal de 1988 assegure que todos são iguais perante a lei, que todos têm liberdade de consciência e de crença e que o Estado deve promover o bem de todos, sem preconceitos, discriminação, sem criar distinções ou estabelecer preferências por causa de religião, é possível afirmar que minorias religiosas não estão recebendo a necessária proteção do Estado brasileiro. Apesar de a Constituição garantir que ninguém deve ser submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante e determinar que o Estado deve assegurar o livre exercício dos cultos religiosos, protegendo seus locais e liturgias, é possível constatar que indivíduos e comunidades religiosas afro-brasileiras estão submetidos à sistemática perseguição, situação vista com nitidez, por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro. (MPF; PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO, 2018, p.45).

c) Sexistas: o machismo está enraizado na sociedade brasileira, resultando em elevadas taxas de feminicídio⁵; e em exorbitantes diferenças salariais entre homens e mulheres. Quem mais sofre com essa diferença salarial são as mulheres negras, elas recebem 44,4% menos que homens brancos (IBGE, 2018).

A insurgência contraria as relações de opressão/dominação, buscando novas maneiras de pensar o presente e de se imaginar o futuro, ou seja, opera na relação urgência x utopia, na medida em que os ativistas não aceitam o presente dado nem o futuro já programado. Repensam, portanto, sua própria existência e de todos os que estão ao seu redor pela proposição de outros mundos possíveis (LEFEBVRE, 1991).

A insurgência define um processo que é uma ação na contramão, uma contra política, que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta. Insurgência não é uma imposição de cima para baixo de um futuro já orquestrado. Ela borbulha do passado em lugares onde as circunstâncias presentes parece propícias a uma interrupção. Desse ponto de vista, o presente é como um pântano: vazando, cheio de furos, lacunas, contradições e mal-entendidos, existentes logo abaixo de todas as pressuposições básicas que conferem o presente sua parente coerência. (HOLSTON, 2008, p.62).

⁵ Só 2017 foram assassinadas 4936 mulheres, segundo o Atlas da violência de 2019. Sendo que dessas 66% eram negras. Outro dado é que só no mês de janeiro de 2019 o Estado do RJ registrou 5 casos de feminicídios e 38 tentativas. Dados do Instituto de Segurança Pública do RJ, disponível em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/feminicidio.html>. Acesso em: 15/03/2020.

Por meio de grupos organizados, coletivo ou ações individuais, as pessoas buscam maneiras de se mostrar presente, de se incluírem na sociedade, que as exclue. As práticas insurgentes e o planejamento insurgente não buscam por inclusão através de uma melhor representação (seja de especialistas ou de políticos), mas buscam a inclusão autodeterminada, na qual os direitos das pessoas são reais e praticados (MIRAF-TAB, 2016, p.6).

Breve panorama dos movimentos insurgentes nacionais a partir de 2013.

A partir de 2010, várias manifestações e protestos populares eclodiram pelo mundo, exigindo maior representatividade e mudanças na estrutura social (TOSTES E SILVA, 2015; MAZIVIERO E ALMEIDA, 2017). A *Primavera Árabe*, nos países do Oriente Médio e norte da África; o movimento *Occupy Wall Street*, nos EUA; o *Movimento dos Indignados*, na Espanha, e as *Jornadas de Junho de 2013*, no Brasil, são alguns exemplos. Esses eventos têm algo em comum, surgiram pela internet de maneira espontânea, sem lideranças claras e centralizadas, estão centrados no urbano e, principalmente, são o reflexo de uma “insatisfação com a ordem econômica-política vigente, a desigualdade e a demanda por mais participação política” (TOSTES E SILVA, 2015, p.2).

O *Occupy Wall Street* e o *Movimento dos Indignados*, também chamados de *15M*, refletem uma indignação de parte da sociedade civil que se sentia ignorada e mal representada politicamente. Isso num momento em que governos concediam ajudas bilionárias aos grandes bancos, enquanto a maioria da população mundial sofria os efeitos da crise financeira de 2008. Os dois movimentos nasceram de grupos em redes sociais como o *Facebook* e o *Twitter* (usadas depois para comunicação interna entre os integrantes) e propunham ocupar os espaços públicos das cidades. Sem ter lideranças unificadas suas decisões eram tiradas em coletivo. Organizado-se em assembleias os manifestantes procuraram fazer do próprio movimento um laboratório para suas propostas de representatividade (TOSTES E SILVA, 2015).

As *Jornadas de Junho de 2013* mudaram as formas de manifestações políticas nas cidades brasileiras e marcaram o surgimento de “um número crescente de coletivos e agrupamentos ativistas que têm ocupado espaços públicos em várias cidades brasileiras” (FRÚGOLI, 2018, p.77). Como nos movimentos estadunidense e espanhol, os atos de 2013, também foram

convocados pelas redes sociais⁶. Surgiram em decorrência do aumento do valor das passagens de ônibus na cidade de São Paulo, mas logo as manifestação assumiram muitas outras pautas, como: a indignação com os exorbitantes gastos com a copa do mundo; a falta de hospitais; a violência policial; a grande desigualdade, e se espalharam por todas as capitais do país (MAZIVIERO E ENEIDA, 2017).

Esses movimentos são importantes para o estudo das insurgências, pois rompem com as velhas formas de se protestar. Não são mais grandes sindicatos ou líderes que convocam as pessoas para as ruas; agora, com a internet, elas se organizam de maneira coletiva e, muitas vezes, espontâneas –sendo também relevantes as manipulações informacionais atuais. Preferem não ter lideranças definidas e verticalizadas, suas decisões são coletivas e se organizam de maneira horizontal, tentando “construir significados novos para lutas sociais” (GOHN, 2014).

Quais são as Curitiba invisibilizadas pelo discurso de cidade modelo? A Curitiba insurgente.

Ao analisar as insurgências presentes na regional Matriz de Curitiba a partir das matrizes de opressão/dominação conceituadas acima, percebeu-se que a enorme variedade vinculada a rede de atores incluída, o território de ação, a forma de mobilização, a incidência política, a trajetória do grupo, etc. Além da amplitude de seus rebatimentos no urbano de modo a ressignificá-lo, trazendo novos sentidos sociais à cidade e a área central.

Assim, optamos por definir três categorias principais de insurgências, e por apresentar expoentes de cada uma delas na regional matriz, cuja repercussão se dá para além da área central. As categorias são: **i) fixas**, insurgências que já conseguiram disputar e consolidar locais específicos na cidade; **ii) situacionais**, insurgências que ocorrem associadas à locais simbólicos na cidade, de modo a ressignificá-los, cujo estopim advém de alguma circunstancia de resgate de valores democráticos, como protestos contra políticas governamentais; e **iii) grupos insurgentes**, ações que ocorrem vinculadas à presença de grupos ativistas que inventam e circulam contra-discursos para formular novas interpretações de suas identidades, interesses e necessidades.

⁶ “Os manifestantes não falavam em protestos, mas em ‘atos’, o que remete a identidade do movimento” (GOHN, 2014).

i) Insurgências fixas

Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio

Curitiba, desde muito tempo, incide na invisibilização da população negra por meio de uma política de embranquecimento de sua história. Segundo o discurso oficial, o perfil da cidade é fruto de imigrantes europeus, e a cidade concretiza espacialmente essa história pela eleição de bairros, parques e praças que seriam representativos de diferentes etnias, como o bairro dos poloneses, dos ucranianos, dos italianos. Entretanto, nessa dialética entre o lugar e o conjunto de crenças e práticas culturais, não há espaço para negros na cidade. Segundo o IBGE, a população negra corresponde a 19,7% da população de Curitiba, mas representam 48,5% da população em situação de rua. No estado do Paraná, 28,5% da população se autodeclara negra enquanto que, comparativamente, a população de descendência polonesa constitui apenas cerca de 10% da população.

Esse mito, sustentado por correntes historiográficas como o movimento Paranista, tenta apagar a memória negra do Paraná e da cidade de Curitiba. Entretanto, há grupos que lutam para manter a memória negra viva na cidade, recolocá-la na história oficial do Estado e lutar contra o racismo.

Um desses grupos foi o liderado por João da Fausta, homem negro, que em 3 de maio de 1888, fundou o que viria a ser a *Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio*, que se tornou um espaço de resistência negra na cidade. Com sede na área central de Curitiba, o clube é um marco da insurgência na parte histórica da cidade, e serviu de palco para importantes debates durante a ditadura, constituindo-se em um espaço crucial durante a grande greve geral de 1917. Hoje continua sendo um local de grande importância na cidade, com diversos eventos, que mobilizam a festa como forma de adensar o sentido de coletividade, e como estratégia de luta e fortalecimento (FABRIS; HOSHINO, 2018).

ii) Insurgências Situacionais

Historicamente, as cidades têm espaços que são ressignificados por manifestações populares. São locais que adquirem um caráter simbólico, pois guardam em sua história as marcas das lutas que ali aconteceram. Em Curitiba, como em muitas cidades, os grandes atos costumam ocorrer na região central da cidade – espaços que guardam a memória da fundação do

município e com os quais a formação identitária da cidade é associada. Em Curitiba, os espaços marcantes são: A praça Santos Andrade – localizada em frente ao prédio histórico da UFPR –; o Calçadão da Rua XV⁷; a Boca Maldita e o Centro Cívico.

Durante a ditadura civil-militar trabalhadores e estudantes, reivindicando o fim do regime de exceção e dos atos institucionais; mais direitos; a anistia e eleições diretas, ocuparam o centro da cidade para protestar contra o governo⁸. O ponto de partida de muitas dessas manifestações – principalmente a partir de 1975, com os movimentos pela anistia – foi prédio histórico da UFPR na praça Santos Andrade (FÓRUM DA VERDADE UFPR).

Em 1992, sete anos após o fim da ditadura civil-militar, a região central da capital do Paraná voltou a ser palco de grandes manifestações. Vestindo camisas pretas, uma multidão tomou as ruas do centro da cidade, pedindo o impeachment do então presidente Collor: “As passeatas seguiam pela Rua XV de Novembro, pelas praças Santos Andrade e General Osório. Estudantes, professores e lideranças comunitárias tomavam a frente do ‘Fora Collor’” (GAZETA DO POVO).

Nas *Jornadas de Junho de 2013*, estes espaços voltaram a ser ocupados por milhares de manifestantes (TORINELLI, 2014), mas de maneira diferente. Agora, os grandes eventos não são mais convocados exclusivamente por organizações estudantis, sindicatos ou por partidos, como ocorreu nos anteriores, mas são organizados pelos próprios manifestantes através da internet e de coletivos. Isso é interessante, pois mostra que, apesar das formas de organização e de protestos terem mudado, os espaços das manifestações em Curitiba continuam os mesmos, o que agrega camadas de memória à esses lugares, revelando-os como palimpsestos, ou seja, aquilo que se raspa para escrever de novo.

A seguir listou-se algumas das manifestações populares que aconteceram na área central da cidade durante o ano de 2018 e 2019.

“ELE NÃO”

Em 2018, foram organizados protestos por todo o país intitulados de “Ele não”, visando denunciar e se opor ao discurso de ódio e antidemocrático pregado pelo então candidato à presidência Jair Bolsonaro.

⁷ “Em 1968, diversas manifestações passaram pela rua XV de Novembro. O calçadão foi inaugurado em 1970; em poucos anos, a rua passou a ser o local privilegiado das manifestações, passeatas, comícios relâmpagos e atos de todo tipo, que geralmente terminavam na Boca Maldita. E até hoje é assim. Entre os inúmeros fatos marcantes que tiveram como palco a Boca Maldita, um merece atenção especial: o comício das *Diretas-já*, em 12 de janeiro de 1984, o primeiro em todo o Brasil a contar com as principais lideranças nacionais na luta por eleições diretas para presidente da República”. CAMINHOS DA RESISTÊNCIA. Boca Maldita e Calçadão da Rua XV. Disponível em: <http://www.forumverdade.ufpr.br/caminhosdaresistencia/a-resistencia/boca-maldita/>. Acesso em: abril de 2020.

⁸ “Liderados pelo comitê brasileiro pela anistia – Curitiba, um grupo de cerca de 300 estudantes realizou uma passeata no fim da tarde de ontem, pelas ruas centrais da cidade. [...]”. Diário da Tarde. 1979. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/145054>. Acesso em: 31/03/20.

⁹ Bem Paraná. "Um ano após o #elenao, mulheres protestam em Curitiba contra retrocessos do governo". Disponível em: <<https://www.bemparana.com.br/noticia/um-ano-apos-o-elenao-mulheres-protestam-em-curitiba-contra-retrocessos-do-governo#.XqpYc-ghKhPY>>. Acesso em: 30/03/2020.

¹⁰ G1. "MEC anuncia corte de 30% em repasses para todas as universidades federais". Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/30/mec-anuncia-corte-de-30percent-em-repasses-para-todas-as-universidades-federais.ghtml>>. Acesso em: 01/04/2020.

¹¹ -8 de março de 2019 - começa na Praça Santos Andrade e termina próximo a UTPF na rua sete de setembro;
-15 de março de 2019- "15 M", começa na Santos Andrade e termina no Palácio Iguaçu;
-30 de março de 2019- Intitulado de "30 M", começa na Santos Andrade termina na Boca Maldita;
-14 de junho de 2019 - "Ato unificado professores, servidores e trabalhadores", começa na Santos Andrade termina no Palácio Iguaçu; -
-13 de agosto de 2019, "3º tsunami pela educação", começa na praça Santos Andrade e termina na Boca Maldita.

Em Curitiba, os atos foram organizados pelo movimento *Mulheres Unidas Contra Bolsonaro (MUCB)*, cujos protestos aconteceram no centro da cidade⁹. No primeiro "Ele não", que aconteceu antes do primeiro turno das eleições, a concentração começou na Boca Maldita e seguiu em direção ao prédio histórico da UFPR. Nas vésperas do segundo turno outros atos foram chamados, e tiveram como ponto de concentração a praça Santos Andrade (em frente a UFPR).

ATOS CONTRA OS CORTES NA EDUCAÇÃO

Em 2019, uma série de protestos ocorreram na cidade de Curitiba em decorrência do bloqueio da verba das instituições federais de ensino feito pelo Ministério da Educação¹⁰ e pelo corte de bolsas da Capes. Estudantes, professores e trabalhadores percorreram as ruas centrais da cidade contra o que foi chamado de "corte na educação"¹¹.

Os "atos contra os cortes" começaram logo após o anúncio do contingenciamento de 30% dos gastos, em 30 de abril. Os dois primeiros atos surgiram de forma mais orgânica, organizados por eventos nas redes sociais. Já os protestos seguintes, foram chamados pela UNE, DCE e centrais sindicais, mas contaram com a presença de inúmeros coletivos que não são ligados a tais instituições.

Foram mapeados os locais por onde passaram os principais protestos contra os cortes [FIGURA 3]. Apesar

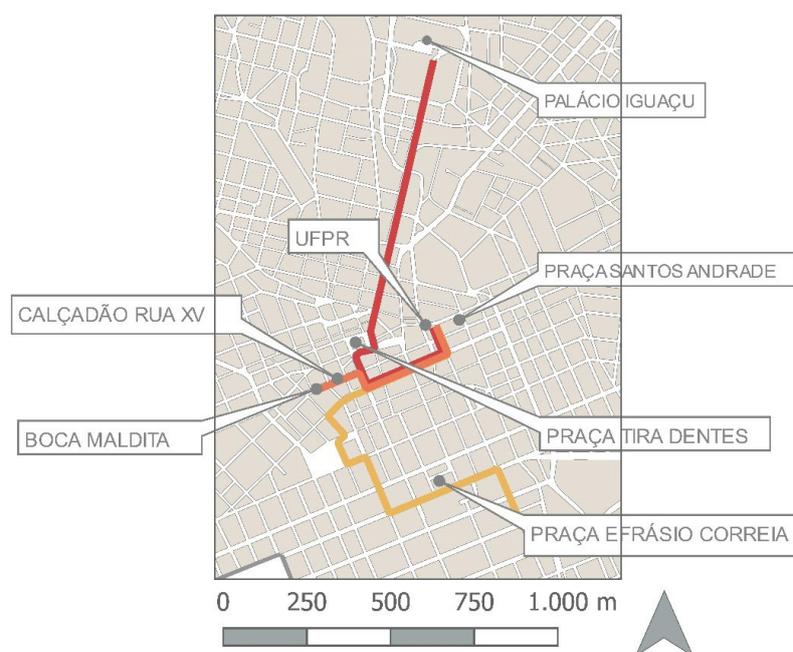


Figura 3
Mapa dos locais por onde passaram os protestos contra cortes na educação em 2019. Fonte: Autoria própria (2020)

de terminarem em locais diferentes, todos os principais protestos começaram na praça Santos Andrade, em frente ao prédio histórico da UFPR.

PASSEATA CONTRA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Desde de 2017, acontece em Curitiba a passeata contra intolerância religiosa. Organizada por meio das redes sociais, tem como objetivo mostrar que todas as religiões podem conviver em paz, e exigir que a lei contra intolerância religiosa seja cumprida (PONTOURB, 2018).

O itinerário da passeata segue, em grande parte, a já tradicional rota de protestos da capital paranaense. Entretanto, há algumas diferenças, principalmente no

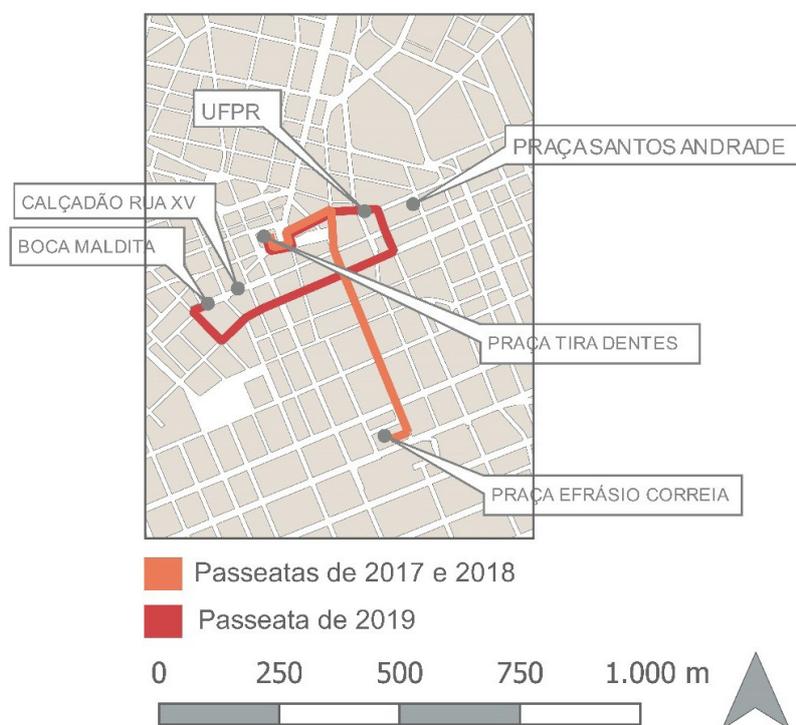


Figura 4
Mapa da passeata contra intolerância religiosa em Curitiba
Fonte: Autoria própria (2020)

local de concentração [FIGURA 3]. O evento contra a intolerância religiosa começa na praça Tiradentes, que nos últimos anos passou por um processo de ressignificação pela comunidade negra de Curitiba (PONTOURB).

Há na Praça Tiradentes um conjunto de Gameleiras Sagradas. A gameleira é moradia de Iroco, um raro orixá de origem Iorubá. Iroco também é moradia de espíritos infantis e está associado a longevidade, já que a gameleira vive por mais de 200 anos. Na praça ainda existe outro símbolo importante para a comu-

nidade negra, um caminho feito de pedras que revela a importância da mão de obra negra para o processo de urbanização da capital paranaense. (PONTOURB, 2018).

Em 2019, houve uma mudança no itinerário da passeata, em vez de acabar na boca maldita, seguiu em direção a praça Eufrásio Correia, que fica em frente à Câmara Municipal de Curitiba, pois os participantes do ato queriam pressionar os vereadores para que a lei contra a intolerância religiosa fosse cumprida.

iii) Grupos insurgentes

O carnaval em Curitiba apresenta-se como uma forma de apropriação do espaço urbano a partir de expressões vinculadas a cultura negra, sendo assim é um ato insurgente. Colocar seu bloco na rua é reafirmar o direito à cidade, mostrando-se presente.

Curitiba, por muito tempo, foi conhecida por não ter um carnaval de rua forte, o que vem sendo modificando nos últimos tempos com um número cada vez maior de blocos. Nessa época do ano, as ruas são tomadas por foliões que se apropriam do espaço público de forma atípica e não prevista pelo planejamento oficial. Alguns desses blocos, como o *Afro Pretinhosidade*, um bloco da resistência negra, e o *Ela pode ela vai*, que tenta mostrar a presença feminina na cidade, além de ocuparem as ruas, também carregam uma carga política e de resistência em suas músicas e na própria presença de seus corpos.

BLOCO AFRO PRETINHOSIDADE

O Bloco Afro Pretinhosidade surge em 2018, com a proposta de reaproximar a população preta de Curitiba da cultura afro brasileira, através da linguagem percussiva dos tambores do samba regue (INTEGRANTE DO BLOCO AFRO PRETINHOSIDADE, 2020). Entretanto, o nome é anterior a essa data. Em 2014, durante o pré-carnaval curitibano, alguns dos atuais integrantes do Afro Pretinhosidades estavam fazendo um samba, quando foram alvos de uma ação truculenta da polícia. Então, no final de semana seguinte, como forma de protesto, decidiram sair nas ruas do centro cantando: "Que titi titi é esse que ecoa na Marechal; Que titi titi é esse que ecoa na Marechal; é o Pretinhosidade que chegou pro carnaval; Trazendo seus repiques, seus surdos e seus chimbal"¹². Depois desse acontecimento o nome Pretinhosidade ficou só na memória daqueles que participaram do ato, até que em 2018 finalmente decidiram formar o bloco Afro Pretinhosidade.

¹² Parodia feita pelos atuais integrantes do Bloco Afro Pretinhosidade do samba enredo *O Titi do Sapoti*, da Escola Estácio de Sá. Na parodia, "Sapucai", foi substituída por "Marechal", em referência a avenida Marechal Floriano Peixoto, onde normalmente acontecem o pré-carnaval e o carnaval curitibano.

O bloco Afro Pretinhosidade surgiu a partir de um diálogo entre vários irmãos e irmãs pretas de Curitiba e da região metropolitana, que se encontrava um domingo por mês e faziam um almoço ou um café da tarde coletivo [...] Esse almoço aconteceu por mais ou menos um ano e meio [...] e num desses almoços surgiu a ideia de montar um bloco só para pretos e pretas, com base no Ile Aiyê, o bloco afro de Salvador e primeiro bloco Afro do Brasil. (INTEGRANTE DO BLOCO AFRO PRETINHOSIDADE, 2020).

BLOCA ELA PODE ELA VAI

A *Bloca Ela Pode Ela Vai* é um coletivo de mulheres batuqueiras da cidade de Curitiba. Surgiu em 2018, de um movimento organizado das batuqueiras que já atuavam em blocos do pré-carnaval curitibano, mas estavam cansadas do constante machismo que sofriam dentro dos próprios blocos. Um dos objetivos do *Ela Pode Ela Vai* é levar as mulheres para a rua e se mostrarem presentes ocupando os espaços públicos.

[...]Nosso objetivo sempre foi estar no pré-carnaval curitibano, que é o carnaval que mais chama público para a rua. De forma que a gente pudesse levar esse conforto e a nossa pauta política, nossa ocupação do espaço público enquanto mulheres, que a gente tem esse direito, de forma organizada e confortável tanto para nós quanto para as mulheres que estão ao nosso redor, as foliãs principalmente. (INTEGRANTE DA BLOCA, 2020).

A *Bloca* toca principalmente na região central de Curitiba, mas também faz saídas descentralizadas, como na Vila Torres, no Bairro Alto, em Piraquara – município vizinho na Região Metropolitana, que está em segundo lugar no ranking de municípios com alto índice de feminicídio no Brasil. No entanto, segundo uma integrante da *Bloca*, nesses locais é mais comum que ocorra intervenção policial, o que acontece menos na região central. Vale citar que a *Bloca* não atua apenas no pré-carnaval. Por terem uma proposta política, elas estão presentes em muitos protestos que ocorrem na cidade vinculados à contra-discursos pautados pela retomada de valores democráticos.

Conclusão

Entendemos, neste trabalho, práticas insurgentes como expressões renovadas das lutas contemporâneas, que partem da reivindicação pelo direito à cidade, mobilizadas pelo desejo coletivo de reinventá-la. Criam-se possibilidades de forjar e sustentar outros mundos possíveis, para além da dimensão do conflito, transitando na liminaridade entre a utopia e a emergência.

Curitiba, cidade mundialmente conhecida como melhor exemplo brasileiro de planejamento urbano, sobretudo por conta da construção de um discurso marcado pela institucionalização de um planejamento urbano eficiente e em torno do sistema de transporte urbano modelar, busca essencialmente evitar espaços não planejados. Apesar disso, vem crescendo o número de grupos ativistas e suas práticas insurgentes que escapam dessa estrutura enrigecida, buscando pautar políticas que caminhem na direção de uma cidade mais aberta, onde o poder público tem um papel fundamental, mas que reconhece e incorpora o engajamento da sociedade. Permitindo assim, que a sociedade como um todo, e não apenas um pequeno grupo de políticos e técnicos, seja o motor que move a cidade, sua organização e seu planejamento.

Referências

AGÊNCIA CURITIBA DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO S/a. *Perfil econômico da regional Matriz*. Curitiba, 2017. 22 p.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, DF, 5, junho, 2019

BELTRAMIN, Pamela; HOSHINO, Thiago. *Sociedade operária beneficiante 13 de maio: mobilização negra e contestação no pós-abolição*. Paraná Insurgente. São Leopoldo: Casa Leira. 2018.

CAMINHOS DA RESISTÊNCIA. *Prédio histórico da UFPR- praça Santos Andrade*. Disponível em: <http://www.forumverdade.ufpr.br/caminhosdaresistencia/a-resistencia/predio-historico-da-ufpr-praca-santos-andrade/>. Acesso em: abril de 2020.

GOHN, Maria da Glória. *A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais*. Cad. CRH [online]. 2014, vol.27, n.71, pp.431-441

HOLSTON, James. *Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

MAZIVIERO, Maria Carolina; ALMEIDA, Eneida. *Urbanismo Insurgente: ações recentes de coletivos urbanos resignificando o espaço público na cidade de São Paulo*. In: XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017, São Paulo. Desenvolvimento, crise e resistência: Quais os caminhos do Planejamento Urbano e Regional, 2017. v. 01. p. 01-18.

MIRAFTAB, Faranak. *Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano*. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, p.363-377, dez. 2016.

MORAIS, Alana; GUTIERREZ, Bernardo et al. *Junho potencia nas ruas e nas redes*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2014.

MOURA, Rosa. *Curitiba: Construção e Desconstrução de um Mito*. In: Blog Mobiliza Curitiba, 2014. Disponível em: <http://www.mobilizacuritiba.org.br/files/2014/04/Curitiba-constru%C3%A7%C3%A3o-e-desconstru%C3%A7%C3%A3o-de-um-mito.pdf>. Acesso em: agosto de 2019.

MPF; PFDC. *Estudo da relatoria: Estado laico e combate à violência religiosa*. Brasília, 2018.54p.

OLIVEIRA, Dennison. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba: UFPR, 2012.

SCHEILA, Eva. *Passeata contra a intolerância religiosa (Curitiba,2017)*. Ponto Urbe,2018

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula;et al. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2017.